

PROGRESSO E RESPONSABILIDADE SOCIOAMBIENTAL: SOMA ZERO NO COMPORTAMENTO POLÍTICO BRASILEIRO

PROGRESS AND SOCIAL AND ENVIRONMENTAL RESPONSIBILITY: ZERO SUM IN BRAZILIAN POLITICAL BEHAVIOR

José Roberto Gímael Ferraz Junior¹

Resumo: Este trabalho tem por objetivo propor uma reflexão acerca da reprodução pelo Estado Brasileiro de modelos consolidados internacionalmente com vistas ao desenvolvimento econômico e as tensões que a adoção de tais estratégias desencadeia no tratamento dado pelo governo federal no que tange às especificidades ambientais e populacionais do Brasil. Para que tal objetivo seja atingido, recorreremos a interpretações de célebres autores em relação a temas como a evolução do capitalismo, e, de perspectivas distintas – porém complementares – ligadas ao pensamento ecológico, comunidades tradicionais e crise ambiental, de modo a relativizar o tom de obrigatoriedade que acompanha a incorporação de práticas muitas vezes consideradas vitoriosas, porém rarefeitas frente às especificidades brasileiras. O sentido que desejamos enfatizar com este trabalho está ancorado no destacar a importância de atitudes dialógicas em ocasiões de importação de metodologias, sobretudo, aquelas que se inserem no contexto globalizado.

Palavras-Chave: Capitalismo; Ecologia; Populações Tradicionais; Meio ambiente.

55

Abstract: The main role of this paper is to propose a deep thought towards the reproduction of internationally recognized strategies by the Brazilian government as an attempt to achieve economic growth and the tensions that the adoption of such strategies triggers in the treatment given by the federal government towards Brazilian environmental and population specificities. In order to achieve this, important theoretical understandings regarding themes such as capitalism evolution, ecological thinking, traditional communities and environmental crisis will be referred so that to put into perspective those practices which could even be considered as a solution for economic growth at a first glance but do not consider Brazilian sociocultural specificities. The purpose that this paper aims to emphasize is the dialogical approach prominence regarding internationally recognized strategies implementation, considering the globalized context.

Key words: Capitalism; Ecology; Traditional Populations; Environment.

Introdução

Segundo a noção de Capitalismo Dependente, desde o descobrimento, a região geográfica que veio a se tornar o Brasil, constituiu-se como desdobramento da

¹ Mestrando no Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-Rio).

expansão do capitalismo – ainda em processo de consolidação – pelo globo terrestre. Deste modo, compreender a história do Brasil, requer a apreensão dos modos pelos quais a expansão capitalista articula e integra o Brasil em sua própria expansão. Simultaneamente, é necessário observar como esse capitalismo em expansão é apropriado pelo Brasil. Nas palavras de Florestan Fernandes:

“Na verdade, o capitalismo está aí, presente e estuante. O que se precisa explicar é a sua evolução em quadros particulares, que não levam a “revolução burguesa” clássica, nem ao Estado representativo democrático burguês ou à autonomia nacional. Se é preciso romper com o “modelo clássico”, isso é necessário para compreender-se o capitalismo da periferia e aonde ele conduz. [...] Portanto, a pesquisa teórica precisa ser redefinida e reorientada. [...] Um ideal simplista de cientificação levou sociólogos, historiadores e economistas a suporem que as sociedades nacionais são totalidades autônomas e autodeterminadas, que contêm dentro de si mesmas todas as forças de sua organização, expansão e evolução. Esse ideal mecanicista está em crise e não explica nada, em particular quando objeto da análise é o capitalismo difícil e selvagem da periferia.” (FERNANDES, 1995. p.142)

Assim sendo, é importante perceber que um dos marcos referenciais do pensamento de Florestan Fernandes para se compreender o Brasil, prescreve uma atitude reflexiva que ultrapasse seus limites geográficos e que o considere parte integrante do sistema capitalista, levando em consideração “as influências estruturais e dinâmicas da ordem social global sobre a absorção e expansão do capitalismo no Brasil.” (FERNANDES, 2008. p. 23)

A formação de um Estado nacional brasileiro independente acompanha a elevação da Inglaterra a condição de grande potência colonial, marcando o deslocamento da hegemonia portuguesa em direção a Inglaterra, quando o estatuto colonial perde a sua eficácia como mola propulsora na expansão capitalista no mundo. Segundo Florestan Fernandes, os laços de tipo de colonial se mantêm, mas de forma reconfigurada. Esse aspecto da análise de Florestan é extrema importância, uma vez que salienta que transformações de fase do desenvolvimento capitalista repercutem na maneira pela qual essa nova fase provê a incorporação de antigas ou novas áreas a essa mesma expansão.

Outros autores acrescentam ainda que a formação do Estado brasileiro se caracteriza por um reforço mútuo entre transformações econômicas e a persistência das dimensões sociais tradicionais que se traduz em uma modernização “pelo alto”

com mudanças decisivas, mas sem ruptura com os antigos padrões de dominação. (REIS, 1982. p.340)

Ao nos debruçarmos sobre o encaixo do progresso no Brasil, podemos constatar uma bifurcação entre uma opção desenvolvimentista, amparada pelo Estado, e outra liberalizante, com menos interferência estatal. Apesar de divergentes, ambos compartilham de uma mesma perspectiva: de que a reprodução de modelos trazidos do exterior seria suficiente para nos assegurar o tão desejado salto para a modernidade.

Por conseguinte, este trabalho tem a finalidade de esboçar uma reflexão acerca da conjugação – ou mesmo tensão – desveladas pela persistência na reprodução de modelos estrangeiros com vistas à modernização e as contingências evocadas pelas urgências de preservação ambiental e de respeito às populações tradicionais e povos indígenas.

Em um primeiro momento, dedicaremos nossos esforços em explorar, à luz da questão proposta, duas importantes formulações teóricas que dialogam com a questão socioambiental na contemporaneidade e com a contemporaneidade propriamente dita. Após essa breve digressão, utilizaremos algumas contribuições de outros autores que discutem as questões socioambientais sob um viés mais empírico, com a finalidade identificar tanto a proximidade determinadas escolhas do Estado brasileiro – no sentido de modernização – em relação a tais formulações, quanto os desdobramentos assumidos por estas opções na vida prática.

Uma perspectiva ecológica ampliada: Félix Guattari

No livro *As Três Ecologias*, Félix Guattari nos apresenta a concepção de que não é possível pensar em ecologia exclusivamente como a natureza. Segundo este autor, a gestão da diversidade dos aspectos da existência requer um certo grau de transversalidade e descompartmentalização. Guattari, propõe a adoção de três perspectivas ecológicas: uma ligada ao meio ambiente, outra vinculada às relações sociais e uma terceira, relacionada à subjetividade humana. Essas categorias, por sua vez, seriam mediadas por uma articulação ético-política chamada Ecosofia.

Guattari alerta que a contemporaneidade está marcada pela deterioração de modos de vida individuais e coletivos, combinada a uma homogeneização dos

comportamentos humanos, que se somam a ameaças como o surgimento de novas doenças e a degradação ambiental.

O autor sinaliza que a resposta para a crise ecológica está assentada numa reorientação dos objetivos de produção material e imaterial, incluindo uma reformulação de subjetividades, uma vez que a priorização de lucro e relações de poder “coloca num mesmo plano de equivalência, os bens materiais, os bens culturais, as áreas naturais, etc.” (GUATTARI, 1990. p.10) colocando os Estados “a serviço conjugado das instâncias do mercado mundial e dos complexos militar-industriais” (GUATTARI, 1990. p.10).

A proposta da Ecosofia, articulada nos registros ecológicos do meio ambiente, das relações sociais e da subjetividade humana, representa, para Guattari, o ferramental necessário para a reversão do panorama acima apresentado. Nesse contexto, o que está em jogo é a reconfiguração da maneira de se viver em escala planetária.

Entretanto, um dos grandes desafios para a assimilação da Ecosofia reside nas configurações assumidas pelo capitalismo – ao qual Guattari se refere como capitalismo pós-industrial – na contemporaneidade que ganham forma no deslocamento de sua influência dos setores de produção de bens e serviços para os setores de mídia e publicidade, que afetam diretamente não só as atividades no plano econômico e da produção, mas como também surtem efeitos no plano das subjetividades humanas.

Como saída para a proposta Ecosófica, Guattari propõe que “Convém deixar que se desenvolvam as culturas particulares inventando-se, ao mesmo tempo, outros contatos de cidadania. Convém fazer com que a singularidade, a exceção, a raridade, funcionem junto com uma ordem estatal o menos pesada possível.” (GUATTARI, 1990. p.35)

O autor prescreve ainda, como forma de pavimentar o caminho para a integração do exercício da Ecosofia, uma reforma do capitalismo composta por práticas inovadoras, que incentivem experiências alternativas fundamentadas no estímulo a manutenção da alteridade, que sirva como base para a gênese de subjetividades tanto individuais quanto coletivas, isto é, diferenciadas entre si e capazes de se articular com o tecido social.

O primeiro choque do petróleo: ruptura e novos horizontes para a relação com o contemporâneo

À primeira vista, a noção de que integramos uma modernidade baseada em um sistema capitalista em constante aceleração e expansão, em que a produtividade representa o denominador comum das relações sociais e das subjetividades, afetadas pela dissolução de alteridades entre os sujeitos, pode nos induzir a considerar o processo de evolução do sistema capitalista dotado de alguma linearidade. Entretanto, um exame da evolução do sistema capitalista sob uma dimensão histórica amplificada, deixa suficientemente evidente o seu caráter cíclico, colocando à nossa disposição uma série de marcos delimitadores de suas diversas fases. Este exercício se faz importante, uma vez que, um desses pontos de virada – o primeiro choque do petróleo – dialoga com as reflexões apresentadas neste trabalho.

O primeiro choque do petróleo acontece no final do ano de 1973, engolfando a economia mundial em uma situação de queda na produção, elevação de taxas de desemprego e aceleração de processo inflacionário. A civilização ocidental, até então encerrada numa perspectiva de tudo poder fazer, é obrigada a tomar consciência das limitações de seu projeto de desenvolvimento.

A leitura realizada por Nicolas Bourriaud sobre este evento em *Radicante - Por uma estética da globalização*, considera o primeiro choque do petróleo como marco do nascimento do pós-modernismo. Segundo Bourriaud, o futuro, antes encarado sem limites, capaz de encampar uma infinidade de rupturas e remodelações, passa a ser percebido como comprometido. Essa conscientização forçada acerca das limitações dos recursos naturais ganha forma na civilização ocidental mediante a mudança de seus projetos de desenvolvimento, explicitada na redefinição destes e no abandono da dependência da exploração de produtos primários, sendo este último, retratado pelo afastamento das atividades de produção industrial e concentração de esforços na inovação tecnológica, financeirização e em setores de serviços.

Com a reorganização da economia mundial após o choque do petróleo de 1973 e as mutações posteriores sofridas pelo sistema capitalista, alguma complementação teórica se faz necessária, com a finalidade de oferecer interpretações e sínteses para os desafios e tensões vividos na contemporaneidade. Nesse âmbito, Bourriaud propõe, a superação dos conceitos de modernidade e pós-modernidade por uma nova opção, o conceito de Altermodernidade, que operaria como alternativa a

homogeneização dos modos de vida provocada pela globalização, sugerindo a dissolução das ideias fixas e totalizantes e introduzindo a ideia de construção ao longo do caminho (*work in progress*). Em outras palavras, Bourriaud propõe um resgate do conceito de modernidade sem ser moderno.

Bourriaud, utiliza o conceito de Radicais para se referir a radicalidade do modernismo do século XX. Na sua visão, a radicalidade seria muito cara e violenta ao implicar na ruptura e depuração para a fundação de uma nova origem. Nessa lógica, a radicalidade no modernismo viria impregnada com o choque, a retirada da adesão, o desprender certezas calcificadas de seu próprio pedestal e o desprezar os ícones tradicionais de seus nichos. Para o autor, o moderno pressupõe um rompimento com o anterior, uma depuração, um novo começo.

Segundo Bourriaud a noção de Radical já se encontraria esgotada, se fazendo necessário ampliar o escopo de reflexão sugerindo uma compreensão do contemporâneo que incorpore a multiplicidade. Para tanto, o autor introduz o conceito de Radicante, que, “pode, sem nenhum prejuízo romper com suas raízes primeiras e reaclimatar-se.” (BOURRIAUD, 2011. p.50) Ser Radicante refere-se a colocar em cena nossas raízes, propondo um intercâmbio ao invés de imposição. Além disso, um abarcamento efetivo do contemporâneo requer experimentação, relativismo, comparativismo e fluidez, elementos integrantes da composição Radicante. Nesse sentido, dada a dificuldade contemporânea de se organizar ocorrências de forma estrutural, o autor propõe como ferramentas para operação com essa realidade a atenção ao acaso do movimento, a errância, a instabilidade, o percurso e a composição pelo trajeto.

60

O Brasil em busca da modernidade

Os referenciais de Guattari e Bourriaud podem ser importantes aliados para compreendermos de que modo o Estado Brasileiro operacionaliza seus projetos modernizantes pari passu aos dilemas ecológicos que enfrentamos na atualidade – tais como, alterações climáticas, desastres ambientais, modificação do nível de acidez nos oceanos e outros sinais de esgotamento das matrizes de vida no planeta terra – e com as responsabilidades requeridas em relação ao relacionamento com povos indígenas e populações tradicionais.

Os pontos de reflexão a que desejamos nos dedicar neste momento são: Há, em alguma medida, a conscientização – daqueles que colocam em marcha projetos modernizantes – sobre a situação de inserção do Brasil no processo de desenvolvimento do capitalismo global? Como se materializam os projetos de modernização no Brasil? Existe diálogo – tanto na determinação quanto na execução – de tais projetos com as constatações de esgotamento planetário e as aspirações nacionais de progresso? De que maneira são articulados os povos indígenas e as populações tradicionais nesses projetos?

Com o auxílio da contribuição de autores dedicados às questões socioambientais verificaremos que, a mera reprodução de modelos de modernização de alhures, desconsiderando a noção de formação do Estado brasileiro como desdobramento da expansão capitalista no globo terrestre, combinada ao não reconhecimento da complementariedade entre estruturas arcaicas e modernas existente na sociedade brasileira, sinalizam o quão distante nos encontramos da tomada de decisões estatais em sintonia com as prescrições da Ecosofia ou alinhadas ao conceito e Altermodernidade. Além disso, a produção desses autores nos permite também observar de maneira crítica os desdobramentos dessas experiências.

Em *Desenvolvimento econômico e reenvolvimento cosmopolítico: da necessidade extensiva à suficiência intensiva* Eduardo Viveiros de Castro denuncia a resistência governamental em relação a busca de um caminho singular, explicitada pela insistência na reprodução de modelos de desenvolvimento econômico norte-europeus, conclamando urgência na adoção de políticas que incluam a temática socioambiental, levando em conta o meio ambiente tal como vivido pelos seus habitantes como denominador comum nos processos de tomada de decisão orientados ao progresso. Por conseguinte, o autor assinala a persistência do Estado brasileiro, na aplicação de um modelo ambientalmente suicida, economicamente retrógrado, socialmente empobrecedor e culturalmente alienante.

Não obstante a constatação sombria apresentada acima, no ensaio *Populações tradicionais e conservação ambiental*, Manuela Carneiro da Cunha e Mauro W. B. Almeida nos fornecem uma perspectiva alternativa, mediante a realização de um retrospecto dos precedentes ambientais da assembleia constituinte de 1988 e da constituição da reserva extrativista do Alto Juruá. Ao destacarem como se deu a implantação o modelo de preservação da reserva, nos ajudam a compreender a

potência de nossas particularidades locais, muitas vezes encaradas como primitivas ou arcaicas, não só divergem das tentativas de sua superação, assim como podem oferecer alternativas para dirimir os impasses entre o progresso e a conservação ambiental.

Após a criação da reserva extrativista do Alto Juruá, o impacto sobre as populações locais de uma série de políticas propostas – exógenas – coordenadas pelo Estado, envolvendo desde a elaboração de um Plano de Utilização, combinado a projetos conduzidos por organismos nacionais e estrangeiros incluindo também várias universidades do país, apesar de positivo, ocorreu de maneira bastante diferente do esperado. Em outras palavras, a populações tradicionais do Juruá desenvolveram uma versão própria de conservação ambiental:

“Enquanto jovens tendiam a entrar na arena por meio da Associação e mais tarde ocupando cargos eletivos locais, os homens maduros e respeitados constituíram um quadro de “fiscais de base”, cuja linha de conduta seguia o modelo dos velhos “mateiros” dos seringais. [...] Com ou sem autoridade formal, os fiscais de base conduziram a missão com grande zelo. As principais infrações eram relativas à caça. Toda e qualquer forma de atividade de caça era proibida sob o Código Florestal com penas draconianas, como se sabe; mas localmente essa legislação severa era traduzida como uma política de equidade social.” (CARNEIRO DA CUNHA, ALMEIDA, 2009. p.297)

62

No ensaio *Relações e dissensões entre saberes tradicionais e saber científico*, Manuela Carneiro da Cunha nos fornece mais uma evidência da tensão entre a reprodução de soluções exógenas e a articulação de soluções endógenas no que tange a modelos de sustentabilidade da caça:

“no início da década de 1990, dois biólogos importantes, Redford e Robinson (1991), produziram um modelo largamente aceito de “produção sustentável” que previa quantos indivíduos de cada espécie poderia ser caçados de forma sustentável, baseado nas suas taxas de reprodução. Os seringueiros do Alto Juruá tinham um modelo diferente: a quem lhes afirmava que estavam caçando acima do sustentável (dentro do modelo Redford & Robinson), eles diziam que não: que o nível da caça dependia da existência de áreas de refúgio em que ninguém caçava. Ora, esse acabou sendo o modelo batizado de “fonte-ralo” (*source-sink*) proposto dez anos depois do modelo de “produção sustentável”, por Novarro, Bodmer e o próprio Redford (2000), e que o suplantou.” (CARNEIRO DA CUNHA, 2009. p.306-307)

Dedicando esforços em defesa do povos indígenas do Brasil, Eduardo Viveiros de Castro, em aula pública, *Os involuntários da pátria: elogio do subdesenvolvimento*,

proferida durante o ato Abril Indígena, na cidade do Rio de Janeiro, em 2016, revela a preparação – orquestrada pela burguesia do agronegócio combinada às aspirações opressoras das classes médias urbanas – de uma ofensiva em relação a não só povos indígenas, mas também na direção de outras partes interessadas, materializada em um Projeto de Emenda Constitucional (PEC 215), em trâmite desde o ano 2000, que propõe que as demarcações de terras indígenas e quilombolas, bem como a titulação de áreas protegidas, passem pelo crivo do Congresso, que teria a decisão final sobre as mesmas, o que viria a inclinar-se em favor dos interesses da bancada ruralista no Congresso Nacional e suas aspirações econômicas. Segundo Eduardo Viveiros de Castro:

"Pertencer à terra, em lugar de ser proprietário dela, é o que define o indígena. [...] A terra é o corpo dos índios, os índios são parte do corpo da Terra. A relação entre terra e corpo é crucial. A separação entre a comunidade e a terra tem como sua face paralela, sua sombra, a separação entre as pessoas e seus corpos, é uma operação indispensável executada pelo Estado para criar populações administradas." (VIVEIROS DE CASTRO, 2016. p.5, p.8)

Viveiros de Castro deseja chamar a atenção para o fato de que essa ofensiva, que remonta ao período do descobrimento, tem como finalidade primordial silenciar os indígenas, eliminar todo pensamento nativo, de modo a converter as populações indígenas em cidadãos brasileiros pobres – sujeitos às mesmas dificuldades e sorte de privações relegadas às camadas desfavorecidas da população brasileira –, e ainda, se possível, transformá-los em consumidores da produção massificada organizada pela economia mundial. Nessa lógica, a transição do status de índio a pobre, requer, em primeira instância, despojá-lo de suas terras, seu modo de vida, dos fundamentos ecológicos e morais de sua economia, sua autonomia política interna, para em seguida, incorporá-lo ao mercado consumidor.

63

Reflexões Finais

Ainda que a velocidade das mutações do sistema capitalista e seus efeitos no próprio Estado brasileiro sejam intensos e diversificados, a efetividade na reprodução de metodologias e políticas, exógenas às contingências brasileiras, se estabelece na busca por compatibilidade entre diferentes subjetividades e do reconhecimento de

particularidades circunscritas às populações e ambientes que venham a ser perturbados por decisões com vistas à modernização. Em associação às percepções destacadas neste trabalho, nota-se uma espécie persistência no alinhamento a referenciais de modernidade do século XX – indexados no progresso e na superabundância –, expressos por uma necessidade de ruptura com o passado, de imposição de uma nova ordem. Essa abordagem, ao colocar em posições diametralmente opostas os projetos nacionais modernizantes, a preservação ambiental e os referenciais de povos que integram a composição populacional brasileira, encontra-se impregnada pela ideia de necessidade de um antídoto exógeno para a erradicação de aspectos de ordem endógena considerados arcaicos ou inadequados.

Uma vez que a grande dificuldade da cópia está na sua artificialidade intrínseca, tentativas de reprodução de modelos – sejam elas na esfera social, econômica, política, etc. – suscitam a ênfase na investigação e mapeamento de particularidades, reentrâncias e pontos de contato com aquilo que se deseja incorporar.

Um olhar atento a fatos históricos, pesquisa etnográfica e interpretação reflexiva de teorias e métodos, todos sob um viés dialógico, isto é, tomando por base a identificação e reconhecimento das diferenças, sem a necessidade de identificação de um ponto em comum com matrizes teóricas, podem ser importantes aliados na repactuação entre diferentes atores sociais e grupos nacionais, assim como na tomada de decisões nessa variedade de esferas. Dessa forma, programas consistentes podem ser colocados em marcha, contemplando aspectos passíveis de reformulação ou de preservação em suas respectivas estruturas, concomitantemente em sintonia com a preservação ambiental e o respeito às populações tradicionais e povos indígenas.

Referências Bibliográficas

BOURRIAUD, Nicolas. Altermodernidade; Estética Radicante; Pós-pós, ou os tempos altermodernos. In: *Radicante – Por uma estética da globalização*. São Paulo: Martins Fontes, 2011.

CARNEIRO DA CUNHA, Manuela; ALMEIDA, MAURO. W. B. 2009. “Populações tradicionais e conservação ambiental”. In: *Cultura com asas e outros ensaios*. São Paulo: Cosac Naify, 2009.

CARNEIRO DA CUNHA, Manuela. “Relações e dissensões entre saberes tradicionais e saber científico”. In: *Cultura com asas e outros ensaios*. São Paulo: Cosac Naify, 2009.

FERNANDES, Florestan. *Em busca do socialismo: últimos escritos & outros textos*. São Paulo: Xamã, 1995, p. 133-138.

FERNANDES, Florestan. *Sociedade de classes e subdesenvolvimento*. São Paulo: Global, 2008, p. 23-28.

GUATTARI, Félix. *As três ecologias*. Editora Papyrus, 1990.

REIS, Elisa Maria Pereira. Elites agrárias, state-building e autoritarismo. *Dados – Revista de Ciências Sociais*, Rio de Janeiro, v. 25, n. 3, p. 331-348, 1982.

VIVEIROS DE CASTRO, Eduardo. “Desenvolvimento econômico e reenvolvimento cosmopolítico: da necessidade extensiva à suficiência intensiva”. Sopro 51-Maio/2011. Disponível em: <http://culturaebarbarie.org/sopro/outros/suficiencia.html> . Acesso em: 18/09/2019.

VIVEIROS DE CASTRO, Eduardo. Os involuntários da pátria: elogio do subdesenvolvimento. *Chão da Feira*, caderno 65, 2017. Disponível em: <http://chaodafeira.com/catalogo/caderno-n-65-os-involuntarios-da-patria/> . Acesso em: 18/09/2019.